

Haverá ainda lugar para a Utopia Política?



Alexandre Franco de Sá

2000

www.lusosofia.net





LUSOSOFIA:PRESS

Covilhã, 2009

FICHA TÉCNICA

Título: *Haverá ainda lugar para a Utopia Política?*

Autor: Alexandre Franco de Sá

Colecção: Artigos LUSOSOFIA

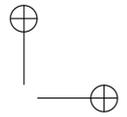
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2009





Haverá ainda lugar para a Utopia Política?*

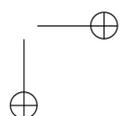
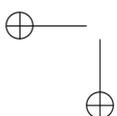
Alexandre Franco de Sá
Universidade de Coimbra

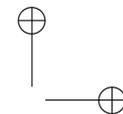
A utopia é, no seu sentido mais imediato, a representação imagética de um estado humano nunca até agora ocorrido. Em épocas caracterizadas pela descoberta de terras inexploradas e de povos longínquos, um tal estado pôde ser situado num espaço distinto do velho continente europeu, como aconteceu na *Utopia* de Tomás Morus ou na *Cidade do Sol* de Campanella. Contudo, numa época em que toda a Terra surge como já descoberta, numa altura em que não é possível supor a existência de espaços perdidos e desconhecidos, a representação utópica abandona a sua determinação tópica ou espacial, ganhando explicitamente o aspecto de representação temporal de um estado futuro. E é sobretudo como a representação de um estado futuro da humanidade que a utopia adquire relevância no discurso político.

Como qualquer acção, também a acção política é teleologicamente orientada. Se o homem se move em função de um bem supremo, de um bem «que se escolhe por si mesmo» – bem esse a que a filosofia aristotélica atribuiu o significado preciso da *felicidade*¹

*Originalmente publicado in *Ler*, nº48, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 54-57.

¹Cf. ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*, 1097 a 15 - 1097 b.

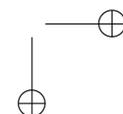
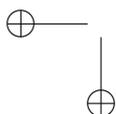


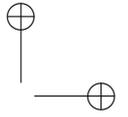


–, a representação de um estado político de felicidade potencial não pode deixar de ser o imprescindível motor da acção política, compreendida como a actualização dessa mesma felicidade. Na utopia política é então representado um estado de felicidade até agora inalcançado. E uma tal representação tem a missão muito específica de dotar a acção política de um entusiasmo mobilizador. É possível que os agentes políticos não creiam na possibilidade do estado da humanidade esboçado pela representação utópica. É possível que a utopia seja desenhada não pelo “princípio esperança” de um futuro a construir, mas pelo “princípio medo” de um presente ameaçador e de um futuro a evitar. Como escreve Hans Jonas: «Este jogo perigoso da ilusão das massas (a “nobre mentira” de Platão) talvez seja o único caminho que a política terá definitivamente para oferecer: conseguir influência para o “princípio medo” sob a máscara do “princípio esperança”»². Contudo, o essencial no discurso político utópico – independentemente das suas possivelmente ocultas motivações – consiste no entusiasmo suscitado pelo esboço de um “princípio esperança”, ou seja, pelo esboço de um estado histórico, não real mas possível, que supere a infelicidade daquela que foi até agora a história humana, e pela simultânea remissão desta história ao estatuto precário de uma fase provisória e superável.

A utopia, enquanto princípio político de esperança, é aqui sobretudo manifestada pela fórmula de Ernst Bloch: “S ainda não é P”. Tal fórmula pressupõe duas coisas. Por um lado, pressupõe que o sujeito S – a história – não tenha ainda actualizado os predicados que a completam, ou seja, não tenha ainda atingido a situação que a faz autêntica e plenamente ela mesma. A história até agora surge então como uma carência, como uma pré-história, cujo sentido oculto se cumpre na sua superação. Por outro lado, dizer que a história ainda não atingiu o estado pelo qual se torna ela mesma,

² Hans JONAS. *Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*. Frankfurt, Suhrkamp, 1984; p.266.

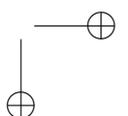
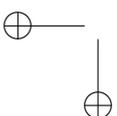


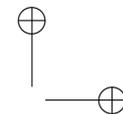


é atribuir à história um impulso que a conduz a encontrar-se a si mesma na super-história utópica, é dotar a história de uma essência que consiste justamente na tendência para a sua superação pela utopia. Assim, o fenómeno da utopia política pode ser esboçado com maior precisão. Em primeiro lugar, tal fenómeno assenta na atribuição de um estatuto de possibilidade à situação utópica. Em segundo lugar, na atribuição de um estatuto de superabilidade à situação histórica do homem. Em terceiro lugar, na atribuição à representação utópica de uma missão politicamente mobilizadora e, por isso, historicamente eficaz.

As três notas com que o fenómeno utópico é aqui caracterizado apontam já para a origem da experiência utópica do mundo e da história. O homem utópico situa-se no mundo com uma disposição afectiva análoga ao desconforto, à *Unheimlichkeit* heideggeriana. Mas na medida em que experimenta o mundo como algo desconfortável, na medida em que se sente no mundo como um sem-abrigo, o homem utópico experimenta a sua situação no mundo e na história como algo a ultrapassar. É a partir desta experiência que a utopia se oferece como uma possibilidade histórica, como uma alternativa possível a toda a história até agora. Deste modo, não é porque a utopia surge como possível que a história até agora é considerada como superável; pelo contrário: a utopia só pode ser considerada como uma possibilidade histórica se o mundo for experimentado como desconfortável, e se a história até agora se manifestar como algo a superar na sua hostilidade.

O fundamento da possibilidade da utopia encontra-se assim numa experiência do mundo pelo homem na qual este se descobre impotente, limitado e finito diante de um mundo que se lhe oferece como estranho, desconfortável e mesmo hostil. O mundo, a história, as determinações naturais surgem diante do homem como um obstáculo à liberdade que o caracteriza. Um tal obstáculo pode ser indefinidamente atenuado. É este o sentido daquilo a que Marx chama a “humanização da natureza”. Através do trabalho, o ho-

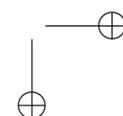
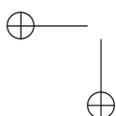


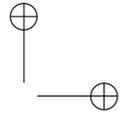
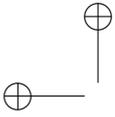


mem finito e limitado pode ir tornando o mundo cada vez mais habitável, a natureza cada vez mais domesticada. Contudo, um tal processo de humanização da natureza através do trabalho não pode ser confundido com uma superação do radical desconforto que a finitude, a limitação e a impotência humanas, quando confrontadas com a resistência do mundo, suscitam. Aquele que trabalha, o escravo, para usar a terminologia de Hegel, nega a coisa com que se depara, supera-a; «mas, ao mesmo tempo, ela é autónoma para ele, e ele, através do seu negar, não pode acabar com ela até à aniquilação, ou seja, ele apenas a *trabalha*»³. Por outras palavras, ainda que o homem atenua indefinidamente a resistência que o mundo oferece à sua liberdade, a experiência do homem no mundo é aqui marcada justamente pela sua impotência diante da superação desta resistência, ou seja, por um lançamento num mundo e numa história – no sentido da *Geworfenheit* heideggeriana – cujo sentido não se conhece nem se domina.

Mas surge aqui uma perplexidade. Se é a experiência do mundo como desconfortável que origina a representação utópica como possibilidade de superação do percurso histórico até agora, e se esta experiência encontra o seu fundamento na finitude e na impotência humanas diante de um mundo que se lhe depara como um objecto resistente, como é possível ao homem crer na possibilidade da utopia? Se não está ao alcance do poder do homem a superação da história – visto que a superação da história surge justamente como uma exigência do desconforto originado pela impotência do homem –, como é possível que o próprio homem remeta a história à condição de uma mera pré-história da utopia? A resposta aponta para o carácter mobilizador do discurso político utópico. A mobilização assenta numa ilusão: o homem sabe intimamente que não pode realizar a utopia, que não está ao seu alcance superar a história, mas pode agir *como se* o pudesse fazer. No discurso político utópico ocorre então um fenómeno análogo ao que Eric Voegelin

³ HEGEL. *Phänomenologie des Geistes*. Frankfurt, Suhrkamp, 1993; p.151.



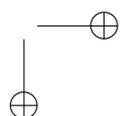
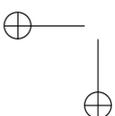


assinala na atitude gnóstica. Diante de um mundo em que se descobre impotente e desconfortável, o homem gnóstico, não o podendo manipular, não o podendo submeter à sua violência e ao seu domínio, falsifica-o, mascara-o com uma forma que não é a sua. Como escreve Voegelin: «Não é para tornar o empreendimento possível, mas para o fazer parecer possível, que qualquer intelectual gnóstico que projecte um programa de mudança do mundo tem sobretudo de construir uma imagem do mundo pela qual sejam apagados os traços essenciais da constituição do ser que teriam feito aparecer o programa como vão e sem sentido»⁴. Daí que a utopia gnóstica, o acto de falsificação de um mundo experimentado intimamente como obstáculo intransponível e insuperável, possa ser descrita, sem qualquer sentido depreciativo, como uma impostura. É neste sentido, por exemplo, que Voegelin não hesita em caracterizar Marx como um «impostor intelectual»⁵.

A representação utópica ganha assim a sua máxima eficácia política, a sua máxima capacidade mobilizadora, como uma mistificação da relação fundamental entre o homem e o mundo. O mundo oferece ao homem uma resistência que lhe torna manifesta a sua radical finitude e limitação. E é ao carácter insuportável desta finitude, desta impotência do homem diante de um mundo resistente, que se deve a eficácia política da utopia: o mundo surge, na impostura utópica, como se fosse totalmente acessível ao homem, como se estivesse à sua mercê, e a história como se fosse superável pelo poder humano, como se fosse redutível a mera pré-história de uma história construída pelo homem. Deste modo, a utopia depende da experiência feita pelo homem de si mesmo como impotente, do mundo como resistência à liberdade, do objecto como obstáculo a transpor e da história como uma situação desconfortável. E se

⁴ Eric VOEGELIN. *Religionsersatz. Die gnostischen Massenbewegungen unserer Zeit*. Tutzing, Akademie für politische Bildung, 1985; p.15.

⁵ Eric VOEGELIN. *Wissenschaft, Politik und Gnosis*. Munique, Kösel-Verlag, 1959; p.39.



é possível fundar o discurso político utópico nesta experiência do homem e do mundo, que acontece a este discurso quando esta experiência se altera? É este o problema que se pode colocar a uma tematização hodierna da utopia.

A situação hodierna é marcada por aquilo que se poderia caracterizar como um desmoronamento da experiência moderna tradicional de um homem finito, impotente, limitado na sua liberdade, posto diante de um mundo que se lhe oferece como um obstáculo. O mundo já não é, num sentido moderno, um *objectum*, algo que esbarra com o sujeito como uma barreira que se lhe impõe, algo que está contra ele como um *Gegenstand*. Ele é, pelo contrário, algo completamente disponível para a sua mobilização por um sujeito humano. E o homem, por seu lado, é agora – para utilizar uma expressão de Heidegger – o «senhor do ente»⁶, aquele cujo poder o torna o explorador, dominador e mobilizador do mundo. O domínio do mundo pelo homem é eficazmente tematizado sobretudo pelas análises do fenómeno técnico por Heidegger e Jünger. Heidegger assinala, na análise da técnica moderna, que o ente se manifesta, já não como representado, mas como algo provocado por um homem que dele se apropria e o manipula: «O desocultar que reina na técnica moderna é um provocar que exige da natureza o fornecimento de energia...»⁷. E Jünger, influenciado pelo ambiente guerreiro vivido na Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial, fala de uma “mobilização total” do mundo: «Entrámos num processo de mobilização que possui propriedades destruidoras, que queima os meios e os homens»⁸.

Ambos assinalam, através de uma meditação sobre a técnica, a alteração de uma relação entre o homem e o mundo que hoje,

⁶ Martin HEIDEGGER. “Brief über den Humanismus” in *Wegmarken*. Frankfurt, Vittorio Klostermann, 1976; *Gesamtausgabe*, vol.9; p.342.

⁷ Martin HEIDEGGER. “Die Frage nach der Technik” in *Die Technik und die Kehre*. Tübingen, Neske, 1962; p.14.

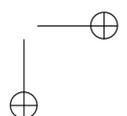
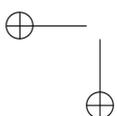
⁸ Ernst JÜNGER. *Der Arbeiter. Herrschaft und Gestalt*. Estugarda, Klett-Cotta, 1981; *Sämtliche Werke*, vol.8; p.190.

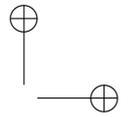


através do crescente domínio pelo homem do seu património genético, se começa a completar. Longe de ser uma potência indomada e ameaçadora, o mundo torna-se algo mobilizado por um poder humano tornado gigantesco. E o homem, longe de ser algo finito e impotente diante do mundo, surge como o seu mobilizador, submetendo-o progressivamente à determinação da sua vontade: as antigas determinações exteriores do homem, desde a religião à política, desde a nacionalidade à moral, desde a orientação sexual ao aspecto físico, passam a fazer parte da esfera do exercício do poder de uma vontade humana. Contudo, num mundo totalmente mobilizado, a própria vontade desumaniza-se, passando ao estatuto de uma pura vontade de crescimento do poder – de uma vontade de vontade ou, no seguimento de Nietzsche, de uma “vontade de poder” –, ao serviço da qual o homem está colocado. É neste sentido que Jünger escreve que, na sua relação com o poder, o homem não é um “fim” mas um “meio”: «O homem desdobra a sua força suprema, desdobra o domínio por todo o lado onde está ao serviço. [...] A mais profunda felicidade do homem consiste em ser sacrificado»⁹.

É diante desta exigência do sacrifício do homem pela mobilização total do mundo, diante da mobilização de um homem submetido ao poder agora ilimitado da sua própria “vontade de poder”, que se deve enquadrar a questão da utopia política. O aniquilamento da experiência do homem como um ente finito diante de um mundo hostil e resistente implica o desmoronamento da experiência que conduz à “impostura” da mobilização política através da representação utópica. Não há hoje lugar para a utopia política. E não há justamente porque esta se tornou efectivamente possível e, nessa medida, se perdeu como propriamente *utópica*. Num mundo em que a representação utópica deixa de ser uma possibilidade ilusória, passando a ser uma “possibilidade possível”, num mundo despojado da utopia como “impostura”, perde-se com a efectiva

⁹ Idem, p.78.





impossibilidade da utopia a sua força política mobilizadora. Ao homem de hoje, ao “senhor do ente”, capaz de realizar a utopia, já nem sequer uma “impostura utópica” pode entusiasmar. E é este fim da utopia política que assinala o fenómeno mais fundamental para a caracterização da situação política hodierna: num mundo totalmente mobilizado, a total incapacidade de mobilização.

